



RELATÓRIO SEMESTRAL DO CONTROLE INTERNO
1º SEMESTRE DE 2026 - JANEIRO A JUNHO
ATUALIZADO CONFORME REVISÃO Nº 01 DO PAI 2026 - REPUBLICAÇÃO

Relatório atualizado com base nos demonstrativos orçamentários, fiscais, de pessoal, saúde, educação e dívida encaminhados em anexo.

1. Finalidade e escopo

O presente Relatório Semestral consolida as verificações do Controle Interno referentes ao período de janeiro a junho de 2026, com ênfase no planejamento e na execução orçamentária, nos limites constitucionais de saúde e educação, na despesa com pessoal, na dívida consolidada, no resultado financeiro por fontes de recursos e em informações contábeis de apoio. Os dados quantitativos foram atualizados exclusivamente a partir dos demonstrativos anexados e emitidos em 17/08/2026.

2. Normatização do Controle Interno

- Lei Municipal nº 050/2007 - criação legal do Sistema de Controle Interno;
- Lei Municipal nº 086/2007 - alteração da Lei Municipal nº 050/2007;
- Decreto nº 009/2008 - regulamentação do Sistema de Controle Interno;
- Lei Municipal nº 036/2013 - criação da Secretaria Municipal de Controle Interno;
- Portaria nº 002/2025 - nomeação do Secretário Municipal de Controle Interno;
- Portaria nº 153/2025 e Portaria nº 474/2025 - designações de servidores para a função de Controlador Interno.

3. Responsáveis e equipe do Controle Interno

Responsável / Equipe	Função	Vínculo / Cargo	Período de responsabilidade
Elaine Dalmolin de Paula Xavier	Secretária Municipal de Controle Interno	Não ocupante de cargo efetivo - servidora aposentada	01/01/2026 a 31/12/2026
Marcos Reinaldo Coletti	Controlador Interno	Técnico em Desenho - servidor efetivo	01/01/2026 a 31/12/2026
Sergio Slusovski	Controlador Interno	Agente Administrativo - servidor efetivo	01/01/2026 a 31/12/2026

Para o exercício de 2026, permanece a mesma equipe do Controle Interno, com período de responsabilidade de 01/01/2026 a 31/12/2026 para os três integrantes acima relacionados.

4. Escopo das verificações semestrais

Área	Ponto de controle	Metodologia	Abrangência
Contábil	Planejamento	Exames e verificação	100%
Contábil	Execução orçamentária	Exames e verificação	100%
Contábil	Saúde e educação	Acompanhamento de índices	100%
Recursos Humanos	Despesa com pessoal	Acompanhamento de limite fiscal	100%
Contábil	Dívida consolidada líquida	Análise de demonstrativos	100%
Contábil	Precatórios	Acompanhamento contábil	100%
Previdência	Aportes ao RPPS	Exames e verificação	Janeiro a junho de 2026 - demonstrativos do RPPS

4.1 Plano Anual de Auditoria Interna (PAI) 2026 - ações propostas

O Plano Anual de Auditoria Interna (PAI) 2026, com vigência de 01/01/2026 a 31/12/2026, organizou as atividades mínimas do Controle Interno com enfoque preventivo e baseado em risco. Na versão originalmente publicada, foram programadas as ações A1 - Transparência/LAI, A2 - Transporte Escolar, V1 - Merenda Escolar (verificação), A3 - Merenda Escolar (auditoria) e A4 - Saúde (compras, contratos e execução), além das rotinas permanentes.

O PAI também estabeleceu acompanhamento bimestral da receita, operacionalização contínua do SDIC/LAI, monitoramento mensal das recomendações, elaboração de relatório semestral ao Prefeito e avaliação anual do PPA com relatório ao TCE-PR.

Código / Rotina	Tema / atividade prevista	Período / periodicidade	Produto ou objetivo previsto
A1	Transparência/LAI - SDIC e Portal	Jan-Mar	Relatório, planilha de prazos e recomendações.
A2	Transporte Escolar	Abr-Jun	Relatório, checklist padrão e recomendações.
AUD 003	Processo MPPR nº 0076.26.000755-4 - Pregão nº 026/2025 - Ata nº 052/2025	2º semestre/2026 - prioridade	Relatório de auditoria, recomendações e encaminhamentos cabíveis.
AUD 004	Ministério Público - Diárias 2025	2º semestre/2026 - prioridade	Relatório de auditoria, recomendações e encaminhamentos cabíveis.
AUD 005	MPPR - Pregão Eletrônico nº 049/2025 - Horas Máquina	2º semestre/2026 - prioridade	Relatório de auditoria, recomendações e encaminhamentos cabíveis.
Rotina	Acompanhamento da receita prevista x arrecadada	Bimestral	Nota bimestral / prevenção de frustração de receita.
Rotina	Operacionalização do SDIC/LAI	Contínuo	Controle de prazos e transparência ativa.
Rotina	Monitoramento das recomendações	Mensal	Planilha de recomendações atualizada.
Rotina	Relatório circunstanciado ao Prefeito	Semestral	Relatório semestral do Controle Interno.
Rotina	Avaliação do PPA e relatório anual ao TCE-PR	Anual	Relatório anual e síntese do PPA.

No primeiro semestre de 2026, a programação principal concentrou-se nas ações A1 - Transparência/LAI e A2 - Transporte Escolar, sem prejuízo das rotinas permanentes de acompanhamento fiscal, constitucional e administrativo.

Em razão de demandas supervenientes do Ministério Público/MPPR, e com fundamento na cláusula de revisão prevista no próprio PAI, foi formalizada a Revisão nº 01, para republicação. As ações V1 - Merenda Escolar (verificação), A3 - Merenda Escolar (auditoria) e A4 - Saúde (compras, contratos e execução) foram substituídas pelas Auditorias AUD 003, AUD 004 e AUD 005, conforme cronograma revisado acima.

4.2 Revisão nº 01 do PAI 2026 - substituição de auditorias e republicação

A alteração do Plano de Trabalho decorre de demandas supervenientes do Ministério Público/MPPR. Em atendimento ao item 10 do PAI 2026, que admite revisão mediante justificativa e cronograma atualizado quando houver demanda de órgãos de controle, as auditorias originalmente previstas para Merenda Escolar e Saúde no segundo semestre foram substituídas pelas AUD 003, AUD 004 e AUD 005. A revisão é formalizada para republicação, preservando o histórico do planejamento original.

A revisão não elimina o acompanhamento ordinário das áreas de Merenda Escolar e Saúde, que permanecem sujeitas às rotinas permanentes e a verificações futuras conforme risco, disponibilidade operacional e novas demandas.

5. Planejamento e execução orçamentária

5.1 Instrumentos de planejamento

O planejamento do exercício de 2026 está estruturado no PPA 2026/2029, na LDO 2026 e na LOA 2026. O documento-base registra o PPA na Lei Municipal nº 038/2025, a LDO na Lei Municipal nº 039/2025 e a LOA na Lei Municipal nº 061/2025, com receita estimada e despesa fixada em R\$ 194.000.000,00 para a Administração Direta e Fundos Centralizados.

5.2 Execução orçamentária - janeiro a junho de 2026

Indicador	Valor
Previsão inicial da receita	R\$ 194.000.000,00
Previsão atualizada da receita	R\$ 206.617.355,30
Receitas realizadas	R\$ 104.027.219,74
Percentual realizado sobre a previsão inicial	53,62%
Dotação inicial da despesa	R\$ 187.600.000,00
Dotação atualizada da despesa	R\$ 205.531.949,24
Despesas empenhadas	R\$ 103.290.761,83
Despesas liquidadas	R\$ 98.918.503,04
Despesas pagas	R\$ 91.338.702,52
Superávit orçamentário indicado no RREO	R\$ 5.108.716,70

Análise: até o encerramento do primeiro semestre, a receita realizada correspondeu a aproximadamente 53,62% da previsão inicial anual. As despesas liquidadas totalizaram R\$ 98.918.503,04 e, quando confrontadas com a receita realizada de R\$ 104.027.219,74, resultam em saldo positivo de R\$ 5.108.716,70. O Anexo 01, por sua vez, utiliza a despesa empenhada (R\$ 103.290.761,83) e apresenta saldo positivo de R\$ 736.457,91. Por se tratar de relatório semestral, esses resultados devem ser interpretados conforme o estágio da despesa utilizado e como acompanhamento da execução, não como conclusão definitiva do exercício.

5.3 Evolução da receita - comparativo do 1º semestre de 2025 e 2026

Para avaliar a evolução da arrecadação municipal em períodos equivalentes, foram confrontados os Anexos 10 referentes a janeiro a junho de 2025 e janeiro a junho de 2026. No primeiro semestre de 2025, a receita arrecadada totalizou R\$ 90.017.177,96; no mesmo período de 2026, alcançou R\$ 104.027.219,74, representando acréscimo nominal de R\$ 14.010.041,78, equivalente a 15,56%.

Categoria de receita	Jan-Jun/2025	Jan-Jun/2026	Variação nominal	Evolução %
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	R\$ 15.779.291,19	R\$ 16.942.075,69	R\$ 1.162.784,50	7,37%
Contribuições	R\$ 2.426.199,69	R\$ 3.052.089,18	R\$ 625.889,49	25,80%
Receita patrimonial	R\$ 953.068,68	R\$ 1.209.986,88	R\$ 256.918,20	26,96%
Transferências correntes	R\$ 76.719.422,53	R\$ 84.727.743,22	R\$ 8.008.320,69	10,44%
Outras receitas correntes	R\$ 986.690,45	R\$ 1.317.281,53	R\$ 330.591,08	33,51%
Transferências de capital	R\$ 2.731.998,59	R\$ 6.449.145,70	R\$ 3.717.147,11	136,06%
RECEITA TOTAL	R\$ 90.017.177,96	R\$ 104.027.219,74	R\$ 14.010.041,78	15,56%

Análise do Controle Interno: o comportamento da receita no primeiro semestre de 2026 foi favorável em relação ao mesmo período de 2025. O crescimento global de 15,56% foi influenciado principalmente pelo aumento das Transferências Correntes, que cresceram R\$ 8.008.320,69 (10,44%), e das Transferências de Capital, com elevação de R\$ 3.717.147,11 (136,06%). As receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria também apresentaram avanço de R\$ 1.162.784,50 (7,37%), evidenciando crescimento da arrecadação própria no período.

Ressalva: a expressiva variação das Transferências de Capital deve ser interpretada com cautela, pois essa categoria está relacionada a convênios, repasses e investimentos específicos e pode apresentar comportamento não recorrente. Recomenda-se, portanto, que o acompanhamento da evolução da receita continue sendo realizado bimestralmente, distinguindo receitas próprias, transferências correntes e receitas de capital.

5.4 Demonstração da receita e despesa segundo as categorias econômicas - Anexo 01

O Anexo 01 - Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas, referente ao período de janeiro a junho de 2026, permite avaliar a composição do resultado orçamentário sob a ótica das categorias econômicas, distinguindo receitas e despesas correntes das receitas e despesas de capital.

As receitas correntes líquidas totalizaram R\$ 97.578.074,04, enquanto as despesas correntes alcançaram R\$ 88.191.099,95, resultando em superávit corrente de R\$ 9.386.974,09. Nas receitas de capital, foram registrados R\$ 6.449.145,70, ao passo que as despesas de capital totalizaram R\$ 15.099.661,88. Considerando o conjunto das categorias econômicas, as receitas arrecadadas somaram R\$ 104.027.219,74 e as despesas empenhadas R\$ 103.290.761,83, produzindo saldo positivo de R\$ 736.457,91 no confronto entre receita arrecadada e despesa empenhada.

Indicador	Receitas	Despesas / Resultado
Categorias correntes	R\$ 97.578.074,04	R\$ 88.191.099,95
Superávit corrente	-	R\$ 9.386.974,09
Categorias de capital	R\$ 6.449.145,70	R\$ 15.099.661,88
Total geral	R\$ 104.027.219,74	R\$ 103.290.761,83
Saldo positivo - receita arrecadada x despesa empenhada	-	R\$ 736.457,91

Análise do Controle Interno: o superávit corrente de R\$ 9.386.974,09 evidencia que, no período, as receitas correntes foram suficientes para suportar as despesas correntes, gerando capacidade de financiamento parcial das despesas de capital. O saldo global de R\$ 736.457,91 apresentado pelo Anexo 01 corresponde ao confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. Esse indicador não deve ser confundido com o saldo de R\$ 5.108.716,70 apurado quando se compara a receita realizada com a despesa liquidada, já registrado no item 5.2; os valores utilizam estágios distintos da despesa e, por isso, possuem finalidades analíticas diferentes.

5.5 Alterações orçamentárias - ordem cronológica dos atos

Com base no "Resumo de Alteração Orçamentária por Fonte", foram identificados 21 atos distintos no período de janeiro a junho de 2026. Para facilitar o acompanhamento pelo Controle Interno, os atos estão apresentados abaixo em ordem crescente de data de promulgação, mantendo a identificação do Decreto e da respectiva Lei/Ato de autorização constante do demonstrativo.

Nº	Lei/Ato	Lei/Ato autorização	Promulgação
1	Decreto 10125	3/2026	19/01/2026
2	Decreto 10178	4/2026	19/01/2026
3	Decreto 10207	8/2026	02/02/2026
4	Decreto 10208	9/2026	02/02/2026
5	Decreto 10234	25/2026	02/03/2026
6	Decreto 10235	26/2026	02/03/2026
7	Decreto 10236	28/2026	02/03/2026
8	Decreto 10262	30/2026	11/03/2026
9	Decreto 10310	39/2026	27/03/2026
10	Decreto 10370	40/2026	01/04/2026
11	Decreto 10402	48/2026	14/04/2026
12	Decreto 10403	49/2026	14/04/2026
13	Decreto 10440	56/2026	04/05/2026
14	Decreto 10441	57/2026	04/05/2026
15	Decreto 10442	58/2026	04/05/2026
16	Decreto 10515	65/2026	01/06/2026
17	Decreto 10516	66/2026	01/06/2026
18	Decreto 10517	67/2026	01/06/2026
19	Decreto 10577	83/2026	29/06/2026
20	Decreto 10607	85/2026	30/06/2026
21	Decreto 10608	86/2026	30/06/2026

Análise do Controle Interno: a sequência evidencia que as alterações orçamentárias foram formalizadas ao longo do semestre, entre 19/01/2026 e 30/06/2026, mediante decretos vinculados às autorizações indicadas no demonstrativo. As datas de promulgação coincidem, no relatório de origem, com as datas de início de validade dos atos. Foram utilizados, conforme as fontes e os atos, mecanismos de remanejamento, transposição e créditos suplementares ou especiais, com recursos provenientes principalmente de anulação de dotações, superávit financeiro e excesso de arrecadação. Recomenda-se manter, para cada ato, a conferência da compatibilidade com a autorização legislativa correspondente, dos limites fixados na LOA e demais normas aplicáveis, bem como a adequada vinculação da fonte de recurso e a documentação de suporte.

6. Limites constitucionais - saúde e educação

6.1 Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS

Indicador	Resultado
Receitas de impostos e transferências consideradas	R\$ 64.771.699,96
Despesa mínima exigida (15%)	R\$ 9.715.754,99
Valor aplicado - despesas liquidadas	R\$ 11.889.043,54
Percentual aplicado	18,36%
Aplicação acima do mínimo	R\$ 2.173.288,55

Conclusão: o percentual apurado de 18,36% supera o mínimo constitucional de 15%, com diferença positiva de R\$ 2.173.288,55 no período.

6.2 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Indicador	Resultado
Receita resultante de impostos considerada	R\$ 64.841.940,90
Valor mínimo exigido (25%)	R\$ 16.210.485,22
Valor aplicado em MDE	R\$ 17.594.701,41
Percentual aplicado em MDE	27,13%
FUNDEB - remuneração dos profissionais da educação básica	76,37%
FUNDEB - receita recebida e não aplicada no exercício	8,71%

Conclusão: a aplicação em MDE atingiu 27,13%, acima do mínimo constitucional de 25%. O indicador do FUNDEB destinado à remuneração dos profissionais da educação básica alcançou 76,37%, superior ao mínimo de 70%, e o percentual não aplicado do FUNDEB foi de 8,71%, dentro do limite máximo de 10% indicado no demonstrativo.

7. Despesa com pessoal - Lei de Responsabilidade Fiscal

Indicador	Valor/Percentual	Parâmetro
Receita Corrente Líquida Ajustada para despesa com pessoal	R\$ 175.964.763,20	Base de cálculo
Despesa Total com Pessoal - DTP	R\$ 82.258.743,54	46,75%
Limite máximo	R\$ 95.020.972,13	54,00%
Limite prudencial	R\$ 90.269.923,52	51,30%
Limite de alerta	R\$ 85.518.874,92	48,60%

Conclusão: a despesa total com pessoal correspondeu a 46,75% da Receita Corrente Líquida Ajustada, permanecendo abaixo dos limites de alerta (48,60%), prudencial (51,30%) e máximo (54,00%).

8. Dívida consolidada e dívida fundada interna

Indicador	Resultado
Dívida Consolidada Líquida - DCL	R\$ 36.027.511,23
RCL Ajustada para limites de endividamento	R\$ 179.317.451,92
Percentual da DCL sobre a RCL Ajustada	20,09%
Limite indicado no demonstrativo	R\$ 215.180.942,30 (120,00%)
Dívida fundada interna - saldo atual do Anexo 16	R\$ 53.251.413,64
Parcelamentos, financiamentos e demais dívidas contratuais - saldo conciliado	R\$ 52.331.311,47
Precatórios individualizados - saldo conciliado	R\$ 920.102,17
Total conciliado (componentes)	R\$ 53.251.413,64
Divergência final em relação ao Anexo 16	R\$ 0,00

Conclusão: a Dívida Consolidada Líquida correspondeu a 20,09% da RCL Ajustada, permanecendo abaixo do limite de 120%. O Demonstrativo da Dívida Fundada Interna - Anexo 16 apresenta saldo atual total de R\$ 53.251.413,64 em 30/06/2026. Após a conciliação do demonstrativo analítico auxiliar, esse total foi segregado em R\$ 52.331.311,47 referentes a parcelamentos, financiamentos e demais dívidas contratuais, e R\$ 920.102,17 referentes a precatórios individualizados. A soma dos dois grupos corresponde exatamente ao saldo total do Anexo 16.

9. Precatórios, parcelamentos e conciliação do Anexo 16

Para fins deste Relatório, a conciliação do Anexo 16 foi revista com base no demonstrativo oficial e na planilha analítica atualizada. A composição abaixo reproduz os valores do período de janeiro a junho de 2026 e fecha integralmente com o saldo total do Anexo 16, sem divergência.

Categoria	Saldo inicial	Inscrições	Baixas	Saldo atual
Parcelamentos, financiamentos e demais dívidas contratuais	R\$ 54.145.912,37	R\$ 6.917.046,41	-R\$ 8.731.647,31	R\$ 52.331.311,47
Precatórios individualizados	R\$ 920.102,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 920.102,17
TOTAL ANEXO 16	R\$ 55.066.014,54	R\$ 6.917.046,41	-R\$ 8.731.647,31	R\$ 53.251.413,64

Conferência: os totais acima correspondem ao Total Geral do Anexo 16. Para controle documental, a planilha analítica auxiliar ajustada aos mesmos valores e identificações do demonstrativo encontrar se disponível em anexo

O saldo inicial total da dívida fundada interna era de R\$ 55.066.014,54. No semestre foram registradas inscrições de R\$ 6.917.046,41 e baixas de R\$ 8.731.647,31, resultando em saldo atual de R\$ 53.251.413,64. Desse total, R\$ 52.331.311,47 correspondem a parcelamentos, financiamentos e demais dívidas contratuais e R\$ 920.102,17 correspondem a precatórios individualizados. A soma dos componentes coincide exatamente com o saldo total apresentado no Anexo 16.

10. Resultado financeiro e superávit/déficit por fontes de recursos

O Balanço Patrimonial - Anexo 14, referente ao período de janeiro a junho de 2026, apresenta Ativo Financeiro de R\$ 23.331.498,61 e Passivo Financeiro de R\$ 12.068.259,29, este último incluindo Restos a Pagar Não Processados. A diferença entre esses valores resulta em superávit financeiro global de R\$ 11.263.239,32 em 30/06/2026.

Indicador financeiro	Valor
Ativo Financeiro	R\$ 23.331.498,61
Passivo Financeiro	R\$ 12.068.259,29
Superávit financeiro global	R\$ 11.263.239,32
Recursos Ordinários (Livres) - Fonte 0	Déficit de R\$ 1.620.015,67

Análise: embora o resultado financeiro global seja superavitário, o demonstrativo por fontes de recursos evidencia situações distintas entre recursos vinculados e livres. A Fonte 0 - Recursos Ordinários (Livres) apresenta déficit financeiro de R\$ 1.620.015,67. Assim, o superávit global de R\$ 11.263.239,32 não deve ser interpretado como disponibilidade integralmente livre para novas despesas, devendo ser observada a vinculação legal de cada fonte e sua efetiva disponibilidade financeira.

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - ESTADO DO PARANÁ

O Balanço Financeiro - Anexo 13 foi utilizado como demonstrativo complementar de conferência da movimentação financeira do semestre, enquanto a apuração formal do superávit/déficit financeiro por fontes consta do Balanço Patrimonial - Anexo 14.

11. Regime Próprio de Previdência - contribuições e aportes atuariais

Os demonstrativos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Laranjeiras do Sul referentes ao período de janeiro a junho de 2026 permitem complementar a análise dos repasses previdenciários. O Anexo 10 do RPPS registra previsão de R\$ 8.000.000,00 para contribuição patronal do servidor ativo civil, com arrecadação de R\$ 2.930.686,45 no semestre, e previsão de R\$ 10.900.000,00 para aportes periódicos destinados à amortização do déficit atuarial, com arrecadação de R\$ 3.333.312,99. Assim, os aportes atuariais realizados até 30/06/2026 correspondem a aproximadamente 30,58% da previsão anual dessa rubrica.

Indicador do RPPS	Previsão anual	Realizado até 30/06/2026	Execução da previsão
Contribuição patronal de servidor ativo civil para o RPPS	R\$ 8.000.000,00	R\$ 2.930.686,45	36,63%
Aportes periódicos para amortização do déficit atuarial	R\$ 10.900.000,00	R\$ 3.333.312,99	30,58%
Total das receitas do RPPS	R\$ 35.000.000,00	R\$ 12.561.761,35	35,89%
Despesas executadas do RPPS	R\$ 35.200.000,00	R\$ 10.213.901,82	29,02%
Superávit orçamentário do RPPS	-	R\$ 2.347.859,53	-
Receitas patrimoniais do RPPS	R\$ 6.700.000,00	R\$ 3.080.482,66	45,98%
Resultado financeiro	SUPERÁVIT GLOBAL - COM RESSALVA POR FONTE	Superávit financeiro global de R\$ 11.263.239,32; Fonte 0 - Recursos Ordinários (Livres) com déficit de R\$ 1.620.015,67.	

O Balanço Orçamentário do RPPS registra receitas realizadas totais de R\$ 12.561.761,35 e despesas executadas de R\$ 10.213.901,82 no primeiro semestre, com superávit orçamentário de R\$ 2.347.859,53. Recomenda-se manter o acompanhamento mensal dos recolhimentos patronais e dos aportes para amortização do déficit atuarial, conciliando os valores devidos segundo o cálculo atuarial e a legislação municipal com os valores efetivamente repassados ao Fundo.

Fonte: Anexos 02, 10 e 12 do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Laranjeiras do Sul, período de janeiro a junho de 2026.

12. Síntese das avaliações

Área	Resultado	Observação
Planejamento e execução orçamentária	REGULAR	Execução semestral acompanhada; manter monitoramento até o encerramento do exercício.
Saúde - ASPS	REGULAR	18,36%, acima do mínimo de 15%.
Educação - MDE	REGULAR	27,13%, acima do mínimo de 25%.
FUNDEB	REGULAR	76,37% em profissionais da educação e 8,71% não aplicado.
Despesa com pessoal	REGULAR	46,75%, abaixo do limite de alerta de 48,60%.
Dívida consolidada líquida	REGULAR	20,09% da RCL Ajustada, abaixo do limite de 120%.
Precatórios	REGULAR - CONCILIADO	Saldo conciliado de R\$ 920.102,17; total do Anexo 16 fechado sem divergência.
Aportes ao RPPS	REGULAR - EM ACOMPANHAMENTO	Aportes atuariais realizados de R\$ 3.333.312,99 até 30/06/2026 (30,58% da previsão anual de R\$ 10.900.000,00).

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - ESTADO DO PARANÁ

Área	Resultado	Observação
Resultado financeiro	SUPERÁVIT GLOBAL - COM RESSALVA POR FONTE	Superávit financeiro global de R\$ 11.263.239,32; Fonte 0 - Recursos Ordinários (Livres) com déficit de R\$ 1.620.015,67.
Categorias econômicas - Anexo 01	SALDO POSITIVO	Superávit corrente de R\$ 9.386.974,09 e saldo positivo global de R\$ 736.457,91 no confronto entre receita arrecadada e despesa empenhada.

13. Demais ações registradas no documento-base

- Controle de combustíveis e pneus da frota municipal;
- Participação na Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parcerias celebradas com Organizações da Sociedade Civil, conforme Decreto nº 023/2026;
- Expedição de memorandos às Secretarias Municipais e divisões, visando ao cumprimento da legislação pertinente.
- Registro de demandas e apontamentos recebidos dos órgãos de controle e encaminhados aos setores responsáveis.

Nota de atualização: o documento-base contém diversas referências textuais ao exercício de 2025 em seções destinadas às atividades, demandas e considerações. Para esta versão, essas referências foram tratadas de forma genérica ou sinalizadas para revisão, evitando atribuir ao primeiro semestre de 2026 atividades não comprovadas pelos anexos apresentados.

14. Recomendações do Controle Interno

1. Manter o acompanhamento mensal da execução orçamentária e da arrecadação, com atenção ao comportamento das receitas e ao ritmo de empenhamento e liquidação no segundo semestre;

Comparar periodicamente a arrecadação acumulada com o mesmo período do exercício anterior, de forma a identificar tendências de crescimento ou retração das principais fontes de receita e subsidiar medidas preventivas de gestão fiscal;

2. Continuar monitorando os índices de saúde e educação, preservando margem de segurança acima dos mínimos constitucionais até o encerramento do exercício;
3. Acompanhar a despesa com pessoal de forma preventiva, especialmente em novas admissões, reajustes, gratificações e demais medidas com impacto continuado;
4. Manter a dívida consolidada e as operações de crédito sob monitoramento, com conciliação periódica entre relatórios contábeis e fiscais;
5. Manter a memória de cálculo e a planilha de conciliação do Anexo 16, com segregação entre parcelamentos/financiamentos e precatórios, conferindo os saldos com os demonstrativos contábeis a cada fechamento;

Acompanhar mensalmente o resultado financeiro por fonte de recursos, com atenção especial às fontes deficitárias e à disponibilidade efetiva dos recursos livres, evitando utilizar saldos vinculados para finalidades distintas das legalmente estabelecidas;

6. Manter a conciliação mensal dos aportes ao RPPS e das contribuições patronais, confrontando previsão, obrigação atuarial e repasses efetivamente realizados;
7. Manter o PAI 2026 atualizado e republicado sempre que ocorrer alteração relevante de cronograma ou substituição de auditorias, com registro da justificativa e preservação do histórico das versões.

15. Conclusão

Com base nos demonstrativos disponibilizados e na execução do Plano Anual de Auditoria Interna, os principais indicadores fiscais e constitucionais analisados no primeiro semestre de 2026 encontram-se dentro dos respectivos limites. Registra-se, ainda, a Revisão nº 01 do PAI 2026, promovida em razão de demandas do Ministério Público/MPPR,

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - ESTADO DO PARANÁ

com substituição das ações V1, A3 e A4 pelas Auditorias AUD 003, AUD 004 e AUD 005 e consequente republicação do planejamento.

A análise comparativa da arrecadação demonstrou crescimento nominal de 15,56% no primeiro semestre de 2026 em relação ao mesmo período de 2025, reforçando a avaliação favorável do desempenho da receita, sem prejuízo do acompanhamento das rubricas de caráter não recorrente. A conclusão é favorável quanto aos pontos quantitativos efetivamente comprovados pelos anexos. No que se refere à dívida fundada interna, a conciliação do Anexo 16 resultou em R\$ 52.331.311,47 de parcelamentos, financiamentos e demais dívidas contratuais e R\$ 920.102,17 de precatórios, totalizando R\$ 53.251.413,64, sem divergência após os ajustes. Quanto ao resultado financeiro, o Balanço Patrimonial - Anexo 14 evidencia superávit financeiro global de R\$ 11.263.239,32 em 30/06/2026, apurado pela diferença entre Ativo Financeiro de R\$ 23.331.498,61 e Passivo Financeiro de R\$ 12.068.259,29. Ressalva-se, contudo, que a Fonte 0 - Recursos Ordinários (Livres) apresenta déficit de R\$ 1.620.015,67, razão pela qual o superávit global deve ser analisado por fonte de recurso e não tratado como disponibilidade livre integral. No RPPS, os demonstrativos disponibilizados permitem o registro dos aportes periódicos para amortização do déficit atuarial, no valor de R\$ 3.333.312,99 até 30/06/2026, além de R\$ 2.930.686,45 de contribuição patronal registrada no mesmo período. Recomenda-se a continuidade do acompanhamento dos repasses previdenciários, da dívida e da posição financeira por fontes no segundo semestre.

16. Documentos utilizados na atualização

Plano Anual de Auditoria Interna (PAI) 2026 - versão original e Revisão nº 01 para republicação, vigência de 01/01/2026 a 31/12/2026;

- Demonstrativo Simplificado do RREO - janeiro a junho de 2026;
- RREO - Demonstrativo das Receitas e Despesas com ASPS - janeiro a junho de 2026;
- RREO - Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE - maio a junho de 2026;
- RGF - Demonstrativo Simplificado - janeiro a junho de 2026;
- RGF - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - julho/2025 a junho/2026;
- Balanço Orçamentário - Anexo 12 - janeiro a junho de 2026;

Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas - Anexo 01 - janeiro a junho de 2026;

- Comparativo da Receita Prevista com a Arrecadada - Anexo 10 - janeiro a junho de 2026;

Comparativo da Receita Prevista com a Arrecadada - Anexo 10 - janeiro a junho de 2025, para análise comparativa da evolução da receita;

- Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11;
- Demonstrativo da Dívida Fundada Interna - Anexo 16, acompanhado de planilha analítica de conciliação de parcelamentos e precatórios;

Balanço Orçamentário do RPPS - Anexo 12 - janeiro a junho de 2026;

Comparativo da Receita Prevista com a Arrecadada do RPPS - Anexo 10 - janeiro a junho de 2026;

Receita segundo as Categorias Econômicas do RPPS - Anexo 02 - janeiro a junho de 2026.

Balanço Financeiro - Anexo 13 - janeiro a junho de 2026;

Balanço Patrimonial - Anexo 14, incluindo o Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro por fontes - janeiro a junho de 2026.

Resumo de Alteração Orçamentária por Fonte - janeiro a junho de 2026, emitido em 18/08/2026.

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - ESTADO DO PARANÁ

Nota de republicação: esta versão incorpora a Revisão nº 01 do PAI 2026, motivada por demandas do Ministério Público/MPPR e formalizada nos termos da cláusula de revisão do Plano Anual de Auditoria Interna.

Laranjeiras do Sul - PR, 17 de agosto de 2026.



ELAINE DALMOLIN DE PAULA XAVIER

Secretaria Municipal de Controle Interno



MARCOS REINALDO COLETH

Controlador Interno



SERGIO SLUSOVSKI

Controlador Interno